

ANARQUISMO “HISTÓRICO” E ANARQUISMO CONTEMPORÂNEO: CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES

Caio Maximino

Doutorado em Neurociências e Biologia Celular pela Universidade Federal do
Pará, Brasil (2014). <http://orcid.org/0000-0002-3261-9196>

Felipe Cittolin Abal

Doutor em História pela Universidade de Passo Fundo (2016).
<https://orcid.org/0000-0002-6208-5893>

RESUMO

O artigo trata das continuidades e descontinuidades no que diz respeito ao pensamento anarquista em relação ao anarquismo clássico, tendo por momento de rompimento o Maio de 1968 francês, o qual representou o surgimento de novas reflexões acerca do anarquismo, sua teoria e práxis, bem como influenciou fortemente os teóricos contemporâneos do anarquismo e a própria relação entre anarquistas e os movimentos sociais. O anarquismo contemporâneo apresenta importantes continuidades e descontinuidades em relação ao anarquismo histórico, não sendo uma questão de desconsiderar os autores e autoras clássicos, mas sim de adaptar seus pensamentos de forma crítica ao momento atual.

PALAVRAS-CHAVE

Anarquismo; Contemporaneidade; Continuidades e descontinuidades; Maio de 1968.

ABSTRACT

The article deals with the continuities and discontinuities with respect to anarchist thought in relation to classical anarchism, with the moment of rupture in the French May 1968, which represented the emergence of new reflections on anarchism, its theory and praxis, as well as strongly influencing contemporary theorists of anarchism and the very relationship between anarchists and social movements. Contemporary anarchism presents important continuities and discontinuities in relation to historical anarchism, being not a matter of disregarding the classic authors, but of adapting their thoughts in a critical way to the present moment.

KEYWORDS

Anarchism; Contemporaneity; Continuities and discontinuities; May 1968.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O anarquismo é uma tradição política de grande peso nos movimentos sociais contemporâneos (pós-Seattle), e representou historicamente uma importante força dentro do movimento operário entre o final do século XIX e começo do século XX. Após a década de 1930, o anarquismo sofreu um declínio mundial a ponto de historiadores do anarquismo (e.g., George Woodcock (2007) e Edgar Rodrigues (1999)) decretarem prematuramente sua morte.

Depois dos eventos de Maio de 68, porém, o anarquismo é renovado e se reconfigura de maneiras que apresentam continuidades e descontinuidades com as propostas do anarquismo “histórico”, entendido como aquele anterior à Guerra Civil Espanhola (AUGUSTO, 2018). Entender esse processo e como o Maio de 68 trouxe novas influências para os movimentos libertários é relevante para a compreensão das mutações dos movimentos sociais no final do século XX e começo do XXI. O presente artigo se propõe analisar essas mutações, propondo que é precisamente a leitura libertária – que identifica múltiplas fontes de opressão, ao invés da chave da luta de classes como única fonte de coerção – que permite que o anarquismo seja influenciado por outros autores e movimentos, bem como influencie os movimentos pós-Seattle.

Para tanto, serão analisadas as origens do anarquismo, seu desenvolvimento, e, tendo por ponto de rompimento o Maio de 1968 francês, passar-se-á ao estudo das continuidades e descontinuidades ocorridas dentro desse movimento e que repercutem posteriormente tanto entre os autores anarquistas contemporâneos quanto nos próprios movimentos sociais e anarquistas das mais diversas vertentes.

AS ORIGENS HISTÓRICAS DO ANARQUISMO E A IDENTIFICAÇÃO DE MÚLTIPLAS FONTES DE OPRESSÃO

C'est que le pouvoir est maudit et c'est pour cela que je suis anarchiste. (É que o poder é maldito e é por isso que eu sou anarquista). Louise Michel.

Em que pese a identificação de Kropotkin de um “anarquismo popular”, que remonta a períodos iniciais da humanidade como uma corrente de ajuda mútua “criadas e mantidas não através de leis, mas pelo espírito criativo das massas” (KROPOTKIN, 1903), o anarquismo como tradição política reporta-se, como a maior parte das formulações

socialistas, ao séc. XIX (BARRET, 2011; MARSHALL, 1992; MUELLER, 2003; WOODCOCK, 2007). A concepção de anarquismo passou por inúmeras modificações e embates teóricos e metodológicos, de maneira que é muito difícil identificar uma “genealogia”, sensu Kropotkin (KROPOTKIN, 1903), que ligue os escritos de autores como Mikhail Bakunin, Piotr Kropotkin, e Emma Goldman com as teorias e práticas anarquistas contemporâneas.

Ainda, deve-se ressaltar, há um ressurgimento do interesse no anarquismo como política (ou antipolítica) de resistência, a partir de meados dos anos 1990 (AUGUSTO, 2018; BARRET, 2011), se intensificando desde os primeiros sucessos da chamada Batalha de Seattle, em 1999 (AUGUSTO, 2018; MUELLER, 2003; MUELLER; SOL, 2007). Mais do que mera curiosidade histórica, a recuperação das linhas que conectam e desconectam o(s) anarquismo(s) contemporâneo(s) com os movimentos e teorias históricos do séc. XIX e começo do séc. XX têm relevância para a compreensão dos movimentos sociais urbanos contemporâneos, dado que são portadores de uma “cultura libertária” (PASSETTI; AUGUSTO, 2008) que organiza e expressa “aquelas práticas que buscam conscientemente minimizar as hierarquias e fazer oposição às opressões em todos os campos da vida, um desejo que se manifesta de diversas formas organizacionais, como comunas, federações, grupos de afinidade, e estruturas que buscam o consenso” (MUELLER, 2003, p. 123).

O anarquismo, como movimento ético-político associado a lutas antiautoritárias, remonta a uma posição que se desenvolve tanto em paralelo quanto em oposição aos socialismos de vertente marxiana, e

alguns dos princípios que o guiam podem ser melhor ilustrados como uma crítica da teoria marxista. Esta argumentava que toda a opressão derivava fundamentalmente de uma fonte, ou seja, o controle dos meios de produção. Era capaz de sugerir, portanto, que se o proletariado primeiro tomasse as rédeas do Estado (que era entendido meramente como estrutura de suporte do poder da classe capitalista) e então socializasse os meios de produção em um único golpe, poderia oferecer a libertação de todas as formas de opressão. Para o Marxismo, havia apenas um inimigo, uma luta, e uma vitória final e completa. Em resposta, os anarquistas argumentavam que a opressão fluía não somente do controle dos meios de produção, mas também do controle dos meios de coerção física – em outras palavras, o Estado era um centro de poder cujos interesses não eram totalmente redutíveis àqueles do “Capital” [...]. Isso criou um problema para os anarquistas, já que sua identificação de pelo menos dois inimigos, Capital e Estado (e frequentemente a Igreja também [...]), dividiu o campo político, criando dificuldades

em termos de (1) quem era o agente privilegiado da revolução, e (2) como essa revolução poderia acontecer de uma única vez se haviam tantos centros de poder, tantos inimigos, tantas lutas (MUELLER, 2003, p. 126).

Assim, as primeiras formulações do anarquismo invocam não uma única fonte de opressão – o Capital –, mas dois inimigos, o Capital e o Estado. Essa formulação não é equivalente à crítica do Estado feita em moldes marxianos – a noção de que o Estado é uma forma de opressão porque “o governo do Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX; ENGELS, 2008), mas porque o Estado é e sempre foi uma fonte de coerção.

A contradição identificada por Mueller é resolvida, no anarquismo “clássico”, “rompendo com a unidade do poder/opressão e a subsequente difusão das lutas simplesmente reconstituindo a unidade de poder em um nível mais alto” (MUELLER, 2003, p. 126): a contradição entre uma natureza humana benigna, que busca uma sociedade livre, versus uma opressão que é externa à essência humana (MARSHALL, 1992; MUELLER, 2003; NEWMAN, 2001; WOODCOCK, 2007).

Na Europa e nos Estados Unidos, o anarquismo desenvolveu em uma multiplicação de lutas contra autoritarismos diversos, de maneira que Sebastien Faure, o primeiro proponente de uma “síntese anarquista”, definiu, em sua *Encyclopedie Anarchiste*: “Todo aquele que contesta a autoridade e luta contra ela é um anarquista” (FAURE, 2012). Tazio Mueller identifica, nas primeiras décadas do séc. XX, uma vertente “aberta” do anarquismo que se propôs a analisar outros centros de poder/opressão na teoria e na luta anarquistas (MUELLER, 2003). Um exemplo fundamental é Emma Goldman, que trouxe para o centro do anarquismo a opressão das mulheres pelo patriarcado (GOLDMAN, 1911, 2007). Ainda que fosse hostil ao feminismo sufragista estadunidense, Goldman é considerada uma das fundadoras do anarcofeminismo, e se opunha ao patriarcado e à hierarquia, quer ela se manifeste em divisões de classe ou na estrutura do Estado: “Temos a necessidade de libertarmos-nos das velhas tradições e hábitos. O movimento para a emancipação feminina desde então conseguiu dar apenas o primeiro passo nesta direção” (GOLDMAN, 1911). Nas décadas de 1960 e 1970, Murray Bookchin (BOOKCHIN, 1971, 1982) introduziu a consciência sobre as consequências ambientais do capitalismo industrial à visão de mundo anarquista.

O desfecho de toda essa atividade foi um desafio à visão clássica de um “acima” e um “abaixo” na sociedade, sugerindo um entendimento mais descentralizado do poder, que resultou em

um quadro de “uma série de acima e abaixo” [...]. Enquanto a visão clássica, mesmo quando sugeria uma diversidade de centros reais de poder, normalmente resultava em privilegiar um grupo social como o agente autêntico da mudança revolucionária – seja a classe trabalhadora, como sustentou Proudhon em algum ponto, seja a celebração da “grande ralé” dos centros urbanos feita por Bakunin [...] – a imagem de uma multidão de sítios igualmente importantes (pelo menos potencialmente) de luta implica que nenhum grupo singular pode afirmar que a sua luta é necessariamente mais importante do que as outras (MUELLER, 2003, pp. 127-128).

Se, por um lado, a vertente aberta do anarquismo desenvolveu-se no campo teórico, de outro, em todo o mundo o anarquismo como prática política regrediu consideravelmente entre os anos 1920 e 1960. No Brasil, o anarquismo perdeu muito espaço no movimento operário para o Comunismo, a ponto de Edgar Rodrigues afirmar que “Hoje, o anarquismo não assusta mais ninguém no Brasil” (RODRIGUES, 1999). O advento do tenentismo e sua intensa repressão aos anarquistas – muitos enviados ao campo de concentração de Clevelândia do Norte (ROMANI, 2003; SAMIS, 2002) – e, finalmente, o controle estatal dos sindicatos, na chamada Era Vargas, levaram à crise do sindicalismo revolucionário e ao conseqüente declínio do anarquismo no Brasil (AZEVEDO, 2002; OLIVEIRA, 2018; SAMIS, 2004).

Alguns focos de resistência surgiram durante o período pós-Vargas e a ditadura militar, principalmente no campo da cultura – os centros de cultura, as editoras, e os periódicos de contracultura (SILVA, 2014, 2017) –, mas esse é um período de pouca organização dos anarquistas, que só retomarão força a partir dos movimentos contraculturais das décadas de 1970 e 1980. Os motivos desse declínio são multifatoriais, e incluem o crescimento mundial do socialismo de Estado no período pós-Guerras, bem como o avanço do que Guattari e Negri (NEGRI; GUATTARI, 2017) chamaram de Capitalismo Mundial Integrado (CMI), marcado pela expansão e consolidação da hegemonia do modo de produção capitalista em nível planetário.

O “ACONTECIMENTO 1968” E A RENOVAÇÃO DO ANARQUISMO

“Cours, camarade, le vieux monde est derriere toi” (‘Corra, camarada, o velho mundo está atrás de você’)

Apesar do declínio dos anarquismos entre as décadas de 1920 e 1960, a vertente aberta irá formar pontos de encontro importantes com os

movimentos que explodiram no chamado Maio de 68, o que Augusto (2018) denomina o “acontecimento 1968”:

Quando nas décadas de 1960 e 1970, temáticas como ecologia, descentralização de decisões, movimentos de minorias como mulheres, negros, gays, indígenas, estudantes, liberação sexual, combates à autoridade centralizada irrompem, produzindo uma politização afastada das formas tradicionais de representação política, elas produzem um abalo na política. Não é coincidência que, a partir de então, os anarquismos se veem revigorados, revirados e diretamente referidos, adentrando a academia, forçando inclusive revisões na historiografia que havia declarado seu fim com o malogro da Revolução Espanhola, em 1939, ou restringindo-os à contracultura. 68 foi um acontecimento libertário na história e contra a história, um devir, com suas atualizações e captura (AUGUSTO, 2018, p. 177).

É importante salientar que o “acontecimento 68” não é um movimento anarquista em si, mas de inspiração libertária. Como aponta Ibáñez (2014), “não é aos escritos de Proudhon ou Bakunin que eles aderem, mas a um determinado imaginário” (p. 29). Se é a esse período que se deve a revitalização do anarquismo como movimento político, nos cabe analisar quais foram as influências políticas do Acontecimento 68 e verificar quais foram as condições políticas que possibilitaram a reenergização desse movimento.

O Maio de 1968 representa o atravessamento de diferentes perspectivas que compõem o “imaginário” apontado por Ibañez. Relevantes para a característica libertária do Acontecimento 68 são o que Mhereb e Corrêa (2018) chamam de “tendências selvagens” do movimento, as “suas alas mais radicais, conscientes, e minoritárias”. Dentre essas, o Situacionismo é apontado como grande influência naquele momento. Os textos situacionistas encontram-se entre os mais influentes no anarquismo contemporâneo e foram traduzidos, nos EUA e Inglaterra, por círculos anarquistas (GOAMAN, 2002). O Situacionismo não é um movimento anarquista per se ; na realidade, suas maiores influências são a leitura dos conceitos marxianos de alienação e ideologia, bem como do conceito de totalidade apresentado por Lukács. Entretanto, os textos situacionistas ressoam com os anarquistas contemporâneos devido à sua crítica da autoridade e do autoritarismo, bem como à sua crítica do poder hierárquico . Em grande parte, isso se deve à grande influência recebida do grupo “Socialisme ou Barbarie” (GOAMAN, 2002).

A Internacional Situacionista emergiu na década de 1950, inicialmente como uma derivação dos grupos de vanguarda

Internationale Lettriste e do Movimento por uma Bauhaus Imaginista, recebendo, portanto, grande influência das vanguardas de antiarte originárias do Dada e do Surrealismo (HOME, 1999). Os Lettristas ganharam certa notoriedade por seus atos de sabotagem de inspiração dadaísta, uma forma valente e jocosa de subversão que se liga às atividades “brincalhonas” de oposição do Maio de 68, de diversos movimentos de antiarte, e dos anarquistas contemporâneos.

O termo “situacionista” se refere à ideia de “construção de situações”, que denota uma forma de criar uma experiência política participativa genuína, que rompe com o “Espetáculo” – outro conceito situacionista fundamental – e com a alienação da vida cotidiana. Essa noção se aprofundará com o rompimento com o lettrismo e uma influência cada vez maior de Debord na Internacional Situacionista, que passou a se preocupar com o desenvolvimento de uma teoria crítica coerente da totalidade. De maneira bastante modificada, autores como Graham irão se referir às táticas de protesto pós-1999 como um “contra-espetáculo” (ST. JOHN, 2004), evidenciando a influência do situacionismo no anarquismo contemporâneo.

As ideias centrais do situacionismo concentravam-se na crítica da forma então contemporânea do capitalismo, a sociedade de consumo. Na interpretação situacionista, a miséria da alienação e do fetichismo de mercadoria não se limitam aos componentes fundamentais da sociedade capitalista – o trabalho e o valor –, mas espalham-se, na sociedade de consumo, a todos os aspectos da vida e da cultura (GOAMAN, 2002; GRAY, 1971; HOME, 1999; INTERNACIONAL SITUACIONISTA - IS, 2002; PLANT, 1992). Essa crítica radical rejeita a noção de progresso do capitalismo, dado que o sucesso aparente da sociedade de consumo – representado pelo avanço tecnológico, alto padrão de vida, sucesso econômico, e aumento no tempo ocioso experienciado pelos moradores dos países do Primeiro Mundo – jamais poderá sobrepujar a disfunção social e a degradação da vida cotidiana que é causada pela própria sociedade de consumo: “Toda a vida das sociedades em que dominam as condições modernas de produção aparece como uma imensa acumulação de espetáculos” (DEBORD 1997, p. 13).

A noção de “espetáculo” é tão central ao situacionismo que Stewart Home (1999) os denomina “especto-situacionistas”, tratando-se de uma crítica unificada à sociedade de consumo, em que é observada uma tendência progressiva na direção da expressão e da mediação das relações sociais através de objetos (DEBORD, 1997). O mecanismo

fundamental da sociedade de consumo, portanto, é a mudança da expressão individual através da experiência diretamente vivida para uma expressão individual “por procuração”, através da troca ou consumo de mercadoria.

Em grande parte, o situacionismo entra no Acontecimento 68 por duas vias: em primeiro lugar, pelo Movimento 22 de Março; e, em segundo lugar, pelo Comitê Enragés-Internacional Situacionista e pelo Conselho pela Manutenção das Ocupações (MHEREB; CORRÊA, 2018). Daniel Cohn-Bendit, eleito pela mídia francesa como um dos porta-vozes da ocupação de Nanterre, tornou-se uma liderança do Movimento 22 de Março vindo do grupo anarquista Noir & Rouge. Besancenot e Löwy apontam que “esse movimento foi criado graças à convergência de visão e de ação de anarquistas e de marxistas” (BESANCENOT; Löwy 2016, p. 48). Cohn-Bendit reconhece o papel dos situacionistas na formação do Movimento 22 de Março:

Distribuímos A miséria do meio estudantil em Nanterre, assim como A arte de viver para as novas gerações e A sociedade do espetáculo; esses textos foram importantes para o nosso horizonte teórico [...]. Digamos que os situacionistas tiveram ideologicamente certa influência [sobre o Movimento 22 de Março], mas as relações com eles eram difíceis no plano pessoal (MHEREB; CORRÊA, 2018)

Se os situacionistas influenciaram os movimentos na Sorbonne, também há presença importante dos anarquistas e conselhistas no anexo Censier, a sede da efêmera “Universidade Crítica”, criada após a ocupação por estudantes e trabalhadores (MHEREB; CORRÊA, 2018):

O Censier, anteriormente uma universidade capitalista, é transformado num sistema complexo de atividades e de relações sociais auto-organizadas. Entretanto, o Censier não é uma Comuna autossuficiente removida do restante da sociedade. A polícia está na ordem do dia em cada assembleia geral. Os ocupantes do Censier estão plenamente cientes que suas atividades sociais auto-organizadas estão ameaçadas enquanto o Estado e o aparato repressivo não forem destruídos. E eles sabem que sua força, e mesmo a força de todos os estudantes e de alguns trabalhadores, não é suficiente para destruir o potencial do Estado para a violência (GREGOIRE; PERLMAN, 2017).

Diversos situacionistas, incluindo Guy Debord, Raoul Vaneigem, e René Viénet, participaram do ‘Conseil pour le maintien des occupations’ (Conselho pela Manutenção das Ocupações), associado às ocupações da Sorbonne que tinha como plataforma organizacional a organização libertária dos conselhos de trabalhadores. Antes de Maio de 68 as ruas

de Paris eram pavimentadas por pedras posicionadas sobre a areia, produzindo um efeito de calçamento. Essas pedras, arrancadas de seus lugares e usadas pelos estudantes como munição contra a polícia, tornaram-se emblemáticas das ocupações de Maio de 68, de maneira que um slogan derivado do situacionismo foi capaz de capturar o ethos dos eventos, e uma sensação de um “mundo construído dentro de outro mundo”: “Sous les pavés, la plage” – sob o calçamento, a praia. Goaman (2002) traça a esse slogan uma importante influência situacionista não só no Acontecimento 68, mas no anarquismo contemporâneo, ao evocar imagens de prazer, brincadeira, e jocosidade, esmagados sob o edifício da civilização moderna, a serem recuperados pelos movimentos libertários. De fato, muitos slogans produzidos então revelam uma intensa paixão emocional e sexual conectando o calçamento como símbolo da nova liberdade.

Ressoando com os novos movimentos sociais, incluindo o black bloc e outras táticas de guerrilha urbana, o Acontecimento 68 também observou a estratégia de atacar lojas e carros como símbolos da sociedade de consumo. Como Vienet aponta, “muitas vitrines de loja foram submetidas à crítica das pedras de calçamento” (VIENET, 1992). De acordo com o relato de Vienet, esses ataques raramente eram acompanhados de pilhagem, o que sugere que eram motivados mais pelo desejo de destruir símbolos do consumismo do que pelo propósito de furto de bens de consumo. A ressonância com movimentos modernos, das manifestações contra a Poll Tax na Inglaterra (1988-1992) (FERRERO, 2010) à Batalha de Seattle (AUGUSTO, 2018; MUELLER; SOL, 2007), passando pela estratégia Black Bloc (SOLANO; MANSO; NOVAES, 2014), a destruição de vidraças e fachadas é elemento comum, quase sempre tendo como alvos bancos e empresas multinacionais, e sem o objetivo de expropriação.

Além dos movimentos que influenciaram as táticas e políticas do Acontecimento 68, cabe a análise dos efeitos desses eventos na política radical pós-68. Seguimos aqui a linha de Negri e Guattari, ao afirmar que “não é necessário ler a borra de café para perceber que o ciclo da revolução foi reaberto em 1968, atingindo um de seus pontos mais intensos” (NEGRI; GUATTARI, 2017, p. 17):

A partir desses eventos, a recusa da organização capitalista e/ou socialista da acumulação do lucro através do trabalho social vivo foi também encarnada e imposta no terreno político. A contestação que emergiu de uma multiplicidade de conflitos singulares chocou-se frontalmente com o poder político que geria a produção social. Foi assim que 1968 revelou a natureza

revolucionária do movimento. A política tradicional estava totalmente defasada e incompatível com o grande movimento de transformação da subjetividade coletiva. Ela só conseguiu apreendê-lo do exterior, em termos de bloqueio, de repressão e, em última análise, de recuperação e de reestruturação autárquica (NEGRI; GUATTARI, 2017, pp. 24-24).

Negri e Guattari identificam diversas consequências fundamentais dessa reorientação da política radical pós-68: a inserção da dimensão do desejo, da liberdade, e da criatividade, em parte pela influência situacionista:

sua capacidade de conjugar as preocupações mais imediatas com as dimensões sociais mais amplas demonstrou que as figuras emergentes da produção não eram inimigas do desejo, da liberdade e da criatividade, mas somente da organização capitalista e/ou socialista do trabalho para o lucro. [...] Durante esse período, a produção de liberação se tornou a primeira das finalidades (NEGRI; GUATTARI, 2017, p. 34).

Aqui encontramos um primeiro ponto de encontro com o anarquismo clássico e com a vertente “aberta” mencionados anteriormente: os anarquismos são marcados por uma “ética modesta” (MUELLER, 2003), a noção de que não é possível alcançar fins antiautoritários por meios autoritários. É essa observação que está na raiz das controvérsias entre Bakunin e Marx, nas reprimendas de Kropotkin e Goldman aos bolcheviques, e na trágica batalha de Makhno contra a reação soviética (BAKUNIN, 2001; GOLDMAN, 2017). Essa é uma noção que atravessa todas as linhagens e vertentes do anarquismo.

É pouco possível, entretanto, que essa noção tenha se dado por influência dos anarquistas e conselhistas em Maio de 68; é mais provável que se trate de uma convergência que atraiu anarquistas às táticas e políticas pós-68. É também aqui que identificamos a importante “capilarização” de pautas, que tanto a Esquerda autoritária quanto a Esquerda partidária nominariam como “identitarismo” e que irá ventilar uma posição antiautoritária a incluir lutas como o feminismo, contra a LGBT-fobia, pela liberdade sexual, antirracistas e anti-xenofobia, e o ecologismo radical (AUGUSTO, 2012, 2014).

Essa noção está profundamente atrelada às preocupações e análises dos situacionistas e enragés em 68. Negri e Guattari apontam uma modificação, na esquerda não-tradicional, na direção de uma “democracia direta” que se opõe não só à representação política do voto, mas também à mediação espetacular do fazer político: “não há uma forma específica de liberação que não seja ligada às finalidades do conjunto do movimento e vivida, ‘experimentada’ por seus componentes”

(NEGRI; GUATTARI. 2017, p. 36). Aqui também há ressonância com a “ética modesta” anarquista; entretanto, a influência situacionista aponta para uma ruptura com as primeiras vertentes do anarquismo, conquanto a recusa da mediação se dá não mais pela leitura dos clássicos, mas pela experiência vivida.

O Acontecimento 68, portanto, revela um “surto” de influências táticas e políticas para o anarquismo contemporâneo e para a corrente libertária dos novos movimentos sociais, representando uma aparente fonte de descontinuidade teórica com o anarquismo clássico. De fato, como observado por Ibáñez (2014), os anarquismos contemporâneos bebem mais na fonte prática e teórica do Maio de 68 do que na leitura de Emma Goldman e Kropotkin, enquanto o papel dos anarquistas e conselhistas sentiu-se muito mais nos movimentos iniciais e em Censier (MHEREB; CORRÊA, 2018).

O ACONTECIMENTO 68, O PÓS-ANARQUISMO E O ANARQUISMO CONTEMPORÂNEO

On ne revendiquera rien, on ne demandera rien. On prendra, on occupera
(‘Não reivindicaremos nada, não demandaremos nada. Tomaremos, ocuparemos’)

A influência do “Acontecimento 68” também pode ser sentida no pós-estruturalismo e, como consequência, no anarquismo pós-estruturalista. Sadie Plant (1992) aponta que, apesar da contradição entre as noções situacionistas de classe, totalidade, e progresso histórico com diversas posições pós-estruturalistas mais radicais,

uma série de continuidades torna impossível se opor às duas visões de mundo completamente. Os interesses, vocabulário, e estilo dos situacionistas reaparecem nas queixas de Lyotard contra a teoria e no intelectualismo dissidente de Foucault, e as filosofias desejantes evocadas por Deleuze e Guattari continuam a oferecer palavras sobre a ‘arte de viver’ (PLANT, 1992, pp. 111-112).

O vocabulário situacionista de desejo, prazer, jogo, e subversão, bem como o foco na política da vida cotidiana, na crítica da sociedade de consumo, da mídia, das vanguardas (políticas e artísticas), da cidade, da linguagem, e do desejo reaparecem como temas comuns tanto a diversos pós-estruturalistas quanto aos situacionistas. Mas essas similaridades temáticas não parecem se estender às conclusões: os situacionistas interpretavam a fragmentação da consciência moderna como qualidades específicas ao Espetáculo, “argumentando que o capitalismo é mantido majoritariamente por sua capacidade em

apresentar-se como uma sociedade caótica que se libertou de todo sentido de progresso histórico” (PLANT 1992, p. 112), enquanto o flerte de muitos filósofos pós-estruturalistas – incluindo Lyotard e Baudrillard – com a busca por mecanismos subjacentes à organização social capitalística os aproxima de uma concordância com a autoimagem do capitalismo. Lyotard foi membro do Movimento 22 de Março, o que confirma sua dúvida quanto às concepções marxianas de política revolucionária, concluindo que aquele momento do Maio de 68 – com a explosão espontânea de uma multidão de perspectivas, interesses, e desejos – não poderia ser reduzido a um único projeto (LYOTARD, 1984).

A ideia pós-situacionista de que as mesmas forças, intensidades, e desejos produzem a ordem e sua subversão também está presente na crítica foucaultiana da dialética: “A dialética não liberta as diferenças; ela garante, pelo contrário, que elas possam sempre ser recapturadas” (FOUCAULT, 1970). Na esteira da multiplicação de demandas – “não reivindicaremos nada...” –, a crítica foucaultiana nos mostra que, apesar da identificação das diferenças e das contradições ser intrínseca ao pensamento dialético, lá elas são importantes somente para sua futura resolução, ao invés de seu significado intrínseco e imediato. Se a oposição central é a de classe, diferenças entre homens e mulheres, gays e heterossexuais, negros e brancos, estudantes e professores, e assim por diante, devem ser entendidas dentro de uma análise de classe. Do contrário, a sociedade deve ser construída como uma multiplicidade de antagonismos locais, cada qual operando em suas lutas autônomas de poder. Essa perspectiva do “Foucault genealogista” surgiu após 1968, como resultado direto de uma radicalização do discurso político (CORRÊA, 2015; ERIBON, 1996; HONNETH, 2009).

Os pós-anarquistas identificam nessa postura pós-estruturalista uma importante contribuição para a tática anarquista e uma continuidade com a tradição do anarquismo de vertente “aberta” de multiplicar antagonismos e fontes de coerção (AUGUSTO, 2014; CALL, 2002; IBÁÑEZ, 2014; MAY, 1994; MUELLER, 2003; NEWMAN, 2001):

O pós-estruturalismo desenvolveu-se numa conjuntura histórica em alguns aspectos não muito diferente daquele em que o anarquismo emergiu como um movimento político distinto. Enquanto o segundo emergiu em resposta à sua crítica do marxismo como uma prática potencialmente opressiva [...], que levou à divisão na Primeira Internacional, o período durante o qual o pós-estruturalismo desenvolvido também viu o surgimento do movimento estudantil de inspiração anarquista de 1968 na França [...], e tanto os professores quanto os estudantes lutaram contra um Partido Comunista Francês (PCF)

ossificado e opressivo, na prática e em teoria: uma das principais preocupações de Foucault era desafiar o bloqueio intelectual ao pensamento progressista que o PCF havia estabelecido com base em sua alegação de que ele sozinho detinha a chave para uma verdadeira compreensão do funcionamento do capitalismo e, portanto, também para seu entendimento (MUELLER, 2003, p. 131).

“Anarquismo pós-estruturalista” é um termo utilizado para referir a filosofias anarquistas, desenvolvidas principalmente a partir da década de 1980, baseadas no pós-estruturalismo e em abordagens pós-modernistas. Não se define a partir de uma teoria ou plataforma única e coerente, sendo influenciado por teóricos pós-estruturalistas que se preocuparam com noções de poder e identidade, como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Felix Guattari, Jean Baudrillard, Judith Butler, Ernesto Laclau, e Chantal Mouffe. É baseado principalmente em uma crítica às fundações epistemológicas iluministas das teorias clássicas, fazendo a crítica da política sem, no entanto, abandonar a política. Assim, seguindo a ideia de multiplicação de fontes de coerção e poder, defende, em consonância com a vertente “aberta”, que o capitalismo e o Estado não são as únicas fontes de dominação, espelhando a crítica de Foucault à dialética (RAGO, 2006).

Se, por um lado, a influência situacionista pode ser sentida no pós-estruturalismo e, portanto, no pós-anarquismo, por outro é preciso ressaltar que há, no situacionismo, uma tendência totalizante que não é típica do anarquismo – ou seja, a noção de que a fonte de coerção fundamental está, mesmo na sociedade do espetáculo, no capitalismo, e de que as forças da alienação e da ideologia são instrumentos ou extensões do Capital é estranha à ideia de multiplicação das fontes de coerção (MUELLER, 2003).

Ao reconhecer a existência de múltiplas fontes de poder, o anarquismo pós-estruturalista sugere saídas táticas importantes, incluindo, em uma clara inspiração no conceito situacionista de “recuperação”, o reconhecimento de que a resistência às relações de poder pode ser manipulada pelas próprias instâncias de poder, bem como a retomada da noção “positiva” de poder de Foucault em uma espécie de “contra-hegemonia” anarquista (MAY, 1994; MUELLER, 2003; RAGO, 2006): “ao mostrar que as relações de poder se forjam no vínculo social e criam incessantemente no próprio tecido social, as pesquisas de Michel Foucault contradizem a crença anarquista na possibilidade de eliminar radicalmente o poder, obrigando-o a reconsiderar bastante essa problemática” (IBAÑEZ, 2014, p. 58).

A aproximação do anarquismo com o pós-estruturalismo, ocorrendo principalmente na caneta de teóricos vindos da academia, poderia sugerir um academicismo de pouca relevância para o anarquismo contemporâneo enquanto movimento – ou ainda, um retorno de um “anarquismo como teoria”, com poucas influências sobre a luta política. Tomás Ibañez (2014) e Tazio Mueller (2003), entretanto, irão identificar influências maiores na leitura de material anarquista e nos movimentos de rua.

Dentro do anarquismo, Ibañez identifica um “neoanarquismo” influenciado principalmente pelas práticas desse “anarquismo extramuros”, envolvido não mais na concepção bakuniniana de uma revolução redentora, mas na produção de um “imaginário revolucionário” voltado para a crítica da vida cotidiana: “A revolução não vai acontecer amanhã – ela nunca vai acontecer. Ela está acontecendo agora mesmo. Ela é um universo alternativo que existe paralelo a este, esperando que você troque de lado” (Crimethinc. Ex-Workers Collective, 2013, p. 5). Há continuidade entre as vertentes clássicas do anarquismo e esse anarquismo contemporâneo: “Essa concepção de produção de um presente que seja ele mesmo a forma de vida que se quer produzir encontra-se na própria história dos anarquismos” (AUGUSTO, 2014, p. 125).

O anarquismo contemporâneo é uma mescla desse neoanarquismo, do anarquismo extramuros (vide a intensa participação de anarquistas nos novos movimentos sociais), e do pós-anarquismo, apontando para uma nova direção radical da crítica da vida cotidiana: “Assim, os modos de luta devem se apresentar também como modos de vida e serem capazes de produzir transformações no presente, fazendo com que se viva o mais próximo possível do que se postula como transformação radical” (AUGUSTO, 2014, p. 128).

A presença dos anarquistas “clássicos” (Bakunin, Kropotkin, Proudhon) é sentida como influência “espectral”, como a recusa dos “meios autoritários para alcançar fins não-autoritários” que já figurava nesses autores; por vezes, esses autores são citados e estudados em textos produzidos pelos anarquistas contemporâneos, por vezes não. Entretanto, a concepção de revolução é profundamente diferente, porque a multiplicação de fontes de coerção exige interseccionalidade. O anarquismo contemporâneo é filho do anarquismo histórico e das vertentes que influenciaram o Maio de 68 (situacionistas, autonomistas, conselhistas); não há, portanto, como representar continuidade completa, ou descontinuidade completa.

INFLUÊNCIAS ANARQUISTAS NOS MOVIMENTOS ANTI-GLOBALIZAÇÃO E NOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Aqueles que falam de revolução e de luta de classes sem se referir à vida cotidiana, sem compreender aquilo que há de subversivo no amor, de positivo na recusa do constrangimento, estes carregam na boca um cadáver (VANEIGEM, 2002)

A noção de que os novos movimentos sociais são tributários do anarquismo – no que Ibañez (2014) chamou de “anarquismo extramuros” – não é nova; de fato, na continuidade das irrupções do Acontecimento 68, muitos anarquistas localizam na Batalha de Seattle e nos movimentos “antiglobalização” uma renovação do anarquismo através da aproximação com movimentos sociais que, não sendo própria ou explicitamente anarquistas, se apropriam de práticas e expressões típicas dos libertários, como a ação direta, a formação de grupos de afinidade, a organização horizontal, e conceitos de democracia direta (MUELLER; SOL, 2007). Esses movimentos representam a culminância de um “duplo efeito” do Acontecimento 68: se, por um lado, 68 abre o campo radical para novas possibilidades libertárias, por outro também produz novas formas de administração e coerção (NEGRI; GUATTARI, 2017).

O movimento antiglobalização se inscreve como expressão limite dos redimensionamentos operados pelas transformações de costumes colocadas por 68. [...] Em suas versões mais recentes – como as manifestações que utilizam as mesmas formas de atuação a partir de 2011 em quase todo planeta –, as mobilizações oscilam entre uma contestação radical da ordem e lutas por reformas pontuais; entre uma crítica aos meios de comunicação e seus usos táticos, seja como mídia em rede, seja como mídia de massa (ou, como é definida mais recentemente: massa de mídias); entre produzir alguma transformação na vida dos jovens que delas participam e treiná-los para os novos empreendimentos sociais (AUGUSTO, 2018, p. 181-182).

É nesse terreno de reinvenção das irrupções do 68 que o anarquismo contemporâneo também se reinventa, tanto pela participação ativa nesses novos movimentos sociais, quanto pelo contato com o anarquismo pós-estruturalista e com a leitura de autores contemporâneos, de Hakim Bey a Murray Bookchin (AUGUSTO, 2012, 2014). Esses movimentos também sofrem influência decolonial de muitas semióticas diferentes, incluindo a estética e ética do neo-zapatismo (TORMEY, 2006; WU MING, 2003), as lutas do movimento de libertação negra americano (ALSTON, 2003; BEY, 2020; ERVIN, 2015; SAMUDZI; ANDERSON, 2018), e as lutas do autonomismo italiano das décadas de 1970 e 1980 (GAUTNEY, 2009). Esses movimentos produzem

reverberações importantes para a política radical, sobretudo pela recusa da mediação como tática política, e influenciando sobremaneira, uma década depois, movimentos como o Occupy (BRAY, 2013). Finalmente, fará ecos também no Brasil:

A irrupção, no início do século XXI, de movimentos de contestação anticapitalista e antiautoritários em diversos pontos do Brasil (movimentos antiglobalização, pela gratuidade da tarifa do transporte urbano, de ocupação de universidades) atingiu seu “ponto de não retorno” em junho de 2013. Em 2015-16, o aspecto não vencido das Jornadas de Junho seria recolocado em jogo pelo fértil movimento autônomo (em relação a partidos e representações estudantes tradicionais) dos estudantes secundaristas contra as reformas educacionais governamentais, nos estados de São Paulo, Goiás e Paraná (MHEREB; CORRÊA, 2018, p. 25).

Em que pese a permanência de focos de organização anarquista no Brasil que representavam a continuidade com os movimentos anarco-sindicalistas e anarco-comunistas originados na segunda década do séc. XX, o ressurgimento do anarquismo parece ser traçado ao final da década de 1970 e começo da década de 1980. Em grande parte, esse renascimento está associado à imprensa alternativa e à contracultura (OLIVEIRA, 2011), principalmente ao movimento anarco-punk (AUGUSTO, 2011; RIBEIRO, 2018a, 2018b, 2018c, 2018d).

Na década de 1970, a imprensa anarquista brasileira ganhou uma face pós-situacionista com a publicação de periódicos contraculturais, como *Tribo* (1972), *Soma* (1973), e *Barbárie* (1979) (OLIVEIRA, 2007, 2011). Esses periódicos investem em experimentalismo visual e busca de novas linguagens, utilizando técnicas de desvio (*détournement*), referências à estética psicodélica, e algumas referências pontuais ao anarquismo (OLIVEIRA, 2007, 2011). Em 1977, *O Inimigo do Rei* é lançado por estudantes da Universidade Federal da Bahia que aderiram ao anarquismo diretamente a partir do Acontecimento 68, sem influência direta da “velha guarda” do anarquismo (OLIVEIRA, 2011; SILVA, 2017). *O Inimigo do Rei* vai propor uma importante rearticulação do anarquismo brasileiro, propondo a constituição de uma Federação Libertária Estudantil e a formação de núcleos pró-COB (Confederação Operária Brasileira), depois abraçada pelo movimento anarco-punk (SILVA, 2017). *O Inimigo do Rei* era profundamente crítico de outras correntes políticas de Esquerda e do processo de redemocratização, especialmente no que dizia respeito à falta de participação popular. Também trazia pautas que a Esquerda tradicional identifica como “identitárias”, mas que sempre foram construídas no movimento anarquista – em especial pós-68 –,

como as pautas do movimento negro, dos homossexuais, e das mulheres (OLIVEIRA, 2011; SILVA, 2017).

O movimento anarco-punk paulista começou a se estruturar a partir da década de 1980, em uma aproximação dos punks com o Centro de Cultura Social (CCS). Existem relatos de que essa aproximação se deu pela busca dos punks, que começavam a ler sobre anarquismo, geração beat, dadaísmo, surrealismo, e o Acontecimento 68. O CCS têm longa história, tendo sido fundado em 1933 e se mantido ativo desde então

(http://ccssp.com.br/ccs/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=7&Itemid=55). Os punks aproximam-se do CCS, dominado então por antigos militantes anarco-sindicalistas, e produzem movimentos e dissidências, incluindo a Juventude Libertária (JuLi) e as tentativas de reorganização da COB. A aproximação dos punks ao anarquismo, em um primeiro momento, não se dá tanto a partir de uma leitura dos clássicos, ou mesmo da participação em organizações anarquistas, mas de uma influência direta do movimento punk inglês, com suas características de anti-consumismo e valores libertários (BIVAR, 1982; PEDROSO; SOUZA, 1983). Contribuem sobremaneira para o desenvolvimento do anarquismo dentro do movimento punk a difusão textual de fanzines e as trocas ocorridas em shows (AUGUSTO, 2011).

A chave da contracultura gera uma aproximação importante com a tradição anarquista construída por organizações sociais e culturais, como o o CCS, e a busca pela reestruturação de organizações de vertente anarcossindicalista, como a COB. Essa aproximação irá representar uma importante maneira pela qual os clássicos do anarquismo encontram o movimento anarcopunk e outros movimentos contraculturais. Por outro lado, o próprio movimento punk traz germes importantes de descontinuidade com o anarquismo mais clássico, em parte devido a suas origens contraculturais.

A influência do situacionismo no punk está em constante contestação; Malcolm McLaren afirma ter incorporado ideias do situacionismo na promoção dos Sex Pistols e na iconografia punk, e Grail Marcus afirma uma linhagem de anti-arte que surge no Dadaísmo, passando pelo Letrismo e pelo Situacionismo, e desembocando no punk (MARCUS, 1989; PLANT, 1992). Stewart Home contesta essa versão, afirmando que as raízes do punk rock estão em movimentos underground britânicos dos anos 1960 e 1970 (HOME, 1995, 1999).

Sadie Plant localiza no punk rock

a possibilidade de uma resposta política ameaçadora à superficialidade vazia da sociedade contemporânea. [...] Muito do punk continuou a tradição na qual os situacionistas haviam trabalhado. Operando musicalmente como arte que poderia ser feita por qualquer um, o punk restabeleceu a crítica dadaísta da cultura e rompeu as distinções entre arte e vida cotidiana. [...] O punk também era um détournement da indústria cultural e um ataque às noções de originalidade, gênio, e talento (PLANT, 1992, p. 143-145).

Esses elementos de anti-arte – a crítica ao que Stewart Home localiza como a função ideológica da arte como “cultura superior da classe dominante” (HOME, 1999) – se juntam a “afirmação da equivalência niilista das relações sociais [sob o capitalismo] que Lyotard e Baudrillard começaram a estudar no meio dos anos 1970” (PLANT, 1992, p. 147). Mas Plant aponta que esse elemento do niilismo é um anti-Espetáculo, buscando representar a sociedade de consumo em sua forma negativa. A influência do situacionismo no punk será vista mais

na insistência situacionista de que o espetáculo pode ser subvertido ao ser tomado de maneira literal. E ainda que isso pareça ser a mesma exortação feita por Lyotard e Baudrillard, a insistência situacionista de que tais détournements dos valores existentes são táticas em uma estratégia mais ampla distancia as duas posições. Para os situacionistas, o niilismo não deve ser aplaudido por si só, mas como um momento na contestação do espetáculo, uma resposta tática a uma configuração particular de relações espetaculares que não poderia ser invocada como um fim em si. Responder à reificação das relações de mercadoria com a declaração ‘sim, também sou algo feio e inútil’ é fazer apenas uma das milhares de respostas subversivas à amplitude das relações de mercadoria. A falta de sentido e a falta de propósito são úteis somente no sentido que operam com algum outro fim à vista: o caos e o absurdo são táticas apropriadas a momentos particulares ao invés de regras fixas de batalha (PLANT, 1992, p. 147).

É portanto nesse “caldo” de anti-arte e crítica da sociedade de consumo que o anarquismo encontra o punk rock, iniciando um movimento de características novas. Também os temas caros às lutas pós-68 – anti-militarismo, racismo, feminismo, ecologismo radical – irão figurar nas letras das bandas punks e anarcopunks brasileiras, principalmente após o surgimento de influentes bandas como Cólera (AUGUSTO, 2011; VIEIRA, 2015): “O punk foi o grito de guerra que marcou um rompimento com as tecnologias disciplinares e, ao mesmo tempo,

anunciou rebeldias contra os governos na sociedade de controle. Diante do fim do sonho, jovens que adotaram a revolta como atitude estética bradavam: não há futuro!” (AUGUSTO, 2011). Assim, além do encontro com os clássicos do anarquismo, mediada pelos Centro de Cultura , também esse aspecto contracultural contribuiu para uma importante renovação do anarquismo no Brasil, e é possível portanto traçar continuidades e descontinuidades entre esses momentos do anarquismo. Muitos dos que mais tarde irão participar dos “novos movimentos sociais” no país vêm dessa matriz (AUGUSTO; ROSA; RESENDE, 2016; CARRASCO, 2016; DONADON, 2016).

Esses movimentos “trazem um legado das lutas que se iniciaram na década de 1960 – principalmente com movimentos contraculturais, como dos hippies e posteriormente dos punks e autonomistas” (AUGUSTO; ROSA; RESENDE, 2016, p. 27), mas se constituem como forças a partir dos ecos de 1999 (AUGUSTO, 2018; AUGUSTO; ROSA; RESENDE, 2016; HARVEY et al., 2013; SOLANO; MANSO; NOVAES, 2014). De fato, o Movimento Passe Livre, os movimentos de ocupação das universidades, e os secundaristas têm como foco não uma “pureza ideológica” anarquista, mas o que se identifica como uma configuração libertária, “anarquismo extramuros”. Ao se referirem a princípios como horizontalidade, autogestão, recusa da mediação, autonomia, transversalidade temática, autodefesa, recusa do economicismo, busca da diferença, e foco na ampliação das liberdades, esses movimentos vão se constituir como intervenções insurrecionais e com foco nas intervenções da vida cotidiana (AUGUSTO; ROSA; RESENDE, 2016).

A influência do anarquismo sobre esses movimentos, portanto, pode ser traçada por duas vias: a participação direta de anarquistas na organização e nas ruas; e a influência indireta, via 68. O neoanarquismo e o anarquismo extramuros convergem, assim, tanto por uma raiz comum, quanto por influências diretas. Mesmo a via direta também é eivada de influências do Acontecimento 68, dado que muitos anarquistas que compõem e/ou colaboram com esses movimentos sociais alcançaram o anarquismo não por uma interação com centros culturais ou organizações específicas, mas pelo campo da contracultura. Assim, o “anarquismo extramuros” apresenta descontinuidades importantes com o anarquismo histórico, mas também continuidades, inclusive conquanto muitos membros da contracultura buscaram ler os clássicos tanto quanto estudar o material produzido pelas próprias cenas.

CONCLUSÕES

O presente ensaio buscou analisar as relações de continuidade e descontinuidade entre o anarquismo histórico e o anarquismo contemporâneo através da chave das influências do Maio de 68. Identificam-se um anarquismo “clássico”, representado pelos autores do século XIX envolvidos com o federalismo, o anarcocomunismo, e o anarcossindicalismo, e um anarquismo “de vertente aberta”, identificado com autores que enfatizam outras fontes de opressão (patriarcado, racismo, etc.). Essa matriz “interseccionalista” já era observada nos escritos dos anarquistas clássicos, mas, ao identificar diversas lutas antiautoritárias, o anarquismo do século XX vai expandir sua prática, de maneira a produzir descontinuidades importantes.

O Acontecimento 68 produz um curto-circuito no anarquismo, mudando as influências principais dos autores clássicos para influências situacionistas, autonomistas, e do comunismo libertário. Ao mesmo tempo, a influência do Acontecimento 68 sobre filósofos pós-estruturalistas inicia uma aproximação que resultará no anarquismo pós-estruturalista. Não será diferente no Brasil, onde a história do anarquismo acompanha ascensão e declínio do anarcossindicalismo, seguida por uma retomada pela via da contracultura. O anarquismo contemporâneo, portanto, apresenta importantes continuidades e descontinuidades em relação ao anarquismo histórico. Não se trata, obviamente, de rechaçar a necessidade de recuperar a tradição do anarquismo histórico, nem de ignorar as importantes contribuições destes textos e movimentos para o anarquismo, mas de ver essas contribuições sob um prisma crítico e contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALSTON, A. Anarquismo negro. Ponta Grossa: Deriva / Monstro dos Mares, 2003.
- AUGUSTO, A. Das canções barulhentas que animam rebeldes. Uma nota sobre Redson, a banda Cólera e a emergência do anarcopunk. Verve, v. 20, p. 136-141, 2011.
- AUGUSTO, A. Anarquismo contemporâneo? História, memória e luta. Verve, v. 21, p. 420-428, 2012.
- AUGUSTO, A. Anarquismo contemporâneo, pós-anarquismo, neoanarquismo... Para travar neologismos. Ecopolítica, v. 10, p. 121-130, 2014.
- AUGUSTO, A. 1968 e 1999: Diferenças e metamorfoses entre nova política e antipolítica. Verve, v. 34, p. 176-193, 2018.
- AUGUSTO, A.; ROSA, P. O.; RESENDE, P. E. DA R. Capturas e resistências nas democracias liberais: Uma mirada sobre a participação dos jovens nos novíssimos movimentos sociais. Estudos de Sociologia, v. 21, p. 21-37, 2016.
- AZEVEDO, R. A Resistência Anarquista. Uma questão de identidade (1927-1937). São Paulo/SP: Arquivo do Estado / Imprensa Oficial / Expressão Popular, 2002.
- BAKUNIN, M. Escritos contra Marx. São Paulo/SP: Imaginário / Soma / Nu-Sol, 2001.
- BARRET, D. Los sediciosos despertares de la anarquía. Buenos Aires: Libros de Anarres / Terramar Ediciones / NORDON, 2011.
- BESANCENOT, O.; LÖWY, M. Afinidades revolucionárias: Nossas estrelas vermelhas e negras. Por uma solidariedade entre marxistas e libertários. São Paulo/SP: Editora Unesp, 2016.
- BEY, M. Anarcho-Blackness: Notes Toward a Black Anarchism. Nova Iorque: AK Press, 2020.
- BIVAR, A. O que é punk. São Paulo/SP: Brasiliense, 1982.
- BOOKCHIN, M. Post-scarcity anarchism. São Francisco/CA: Ramparts Press, 1971.
- BOOKCHIN, M. The ecology of freedom: The emergence and dissolution of hierarchy. Palo Alto/CA: Cheshire Books, 1982.
- BRAY, M. Translating anarchy: The anarchism of Occupy Wall Street. Londres: Zero Books, 2013.
- CALL, L. Postmodern anarchism. Oxford, UK: Lexington Books, 2002.

- CARRASCO, V. Da emoção à cultura de protesto: reflexões sobre as manifestações de 2013. *Temática*, v. 12, p. 81–96, 2016.
- CORRÊA, E. Q. A repercussão do maio de 68 no pensamento de Michel Foucault. *Revista Angelus Novus*, v. 9, p. 163–178, 2015.
- CRIMETHINC. EX-WORKERS COLLECTIVE. Espere resistência. Um guia de campo. [s.l.] Crimethinc. Extremo Sul, 2013.
- DEBORD, G. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro/RJ: Contraponto Editora, 1997.
- DONADON, J. A. Manifestações de junho de 2013: Análise da atuação dos movimentos sociais e antissistêmicos. [s.l.] Universidade de Brasília, 2016.
- ERIBON, D. Michel Foucault e seus contemporâneos. Rio de Janeiro/RJ: Zahar, 1996.
- ERVIN, L. K. Anarquismo e revolução negra. Ponta Grossa: Das Lutas / Monstro dos Mares, 2015.
- FAURE, S. Encyclopédie anarchiste A-C (Vol. 1). Paris: Éditions des Équateurs, 2012.
- FERRERO, A. Movilizaciones contra el “Poll Tax” en Inglaterra (1988–1992). *Correspondencia de Prensa*, 2010.
- FOUCAULT, M. *Theatrum philosophicum*. *Critique*, v. 282, p. 885–908, 1970.
- GAUTNEY, H. Between anarchism and autonomist marxism. *Journal of Labor and Society*, v. 12, p. 467–487, set. 2009.
- GOAMAN, K. E. The Old World is Behind You. The Situationists and beyond in contemporary anarchistic currents. Londres: University College London, 2002.
- GOLDMAN, E. Anarchism and other essays. 2a ed ed. Londres: Mother Earth Publishing Association, 1911.
- GOLDMAN, E. O indivíduo, a sociedade e o Estado, e outros ensaios. São Paulo/SP: Hedra, 2007.
- GOLDMAN, E. Minha desilusão na Rússia, vols. 1 e 2. São Paulo/SP: Editora Terra Livre, 2017.
- GRAY, C. Leaving the Twentieth Century: The Incomplete Work of the Situationist International. Londres: Rebel Press, 1971.
- GREGOIRE, R.; PERLMAN, F. Comitês de ação dos trabalhadores e estudantes. França, maio de 68. Detroit, MI: Black & Red, 2017.
- HARVEY, D. et al. Cidades rebeldes. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo/SP: Boitempo Editorial, 2013.

- HOME, S. Cranked up really high: Genre theory and punk rock. Londres: Codex, 1995.
- HOME, S. Assalto à cultura. Utopia subversão guerrilha na (anti) arte do século XX. São Paulo/SP: Conrad Editora, 1999.
- HONNETH, A. Crítica del poder. Madrid: A. Machado Libros, 2009.
- IBÁÑEZ, T. Anarquismo es movimiento. Anarquismo, neoanarquismo y postanarquismo. Barcelona: Virus Editorial, 2014.
- INTERNACIONAL SITUACIONISTA - IS. Définitions. Internationale Situationiste, v. 1, p. 13, 1958.
- INTERNACIONAL SITUACIONISTA - IS. Situacionista: Teoria e prática da revolução. São Paulo/SP: Conrad Editora, 2002.
- KROPOTKIN, P. Modern science and anarchism. Philadelphia, PA: The Social Science Club of Philadelphia, 1903.
- LYOTARD, J.-F. Driftworks. Nova Iorque/NY: Semiotext(e), 1984.
- MARCUS, G. Lipstick traces: A secret history of the Twentieth Century. Cambridge/MA: Harvard University Press, 1989.
- MARSHALL, P. Demanding the impossible: A history of anarchism. Nova Iorque/NY: Harper Perennial, 1992.
- MARX, K.; ENGELS, F. O manifesto comunista. São Paulo/SP: Paz & Terra, 2008.
- MAY, T. The Political Philosophy of Poststructuralist Anarchism. University Park: Pennsylvania State University Press, 1994.
- MHEREB, M. T.; CORRÊA, E. 68. Como incendiar um país. São Paulo/SP: Veneta, 2018.
- MUELLER, T. Empowering anarchy. Power, hegemony, and anarchist strategy. Anarchist Studies, v. 11, p. 122-149, 2003.
- MUELLER, T.; SOL, K. A tale of two victories? Or, why winning becomes precarious in times of absent antagonisms. Transform, 2007.
- NEGRI, A.; GUATTARI, F. As verdades nômade. Por novos espaços de liberdade. São Paulo/SP: Editora Politéia / Autonomia Literária, 2017.
- NEWMAN, S. From Bakunin to Lacan: Anti-Authoritarianism and the Dislocation of Power. Lanham, Boulder, Nova Iorque, e Oxford: Lexington Books, 2001.
- OLIVEIRA, J. H. DE C. DE. Do underground brotam flores do mal: Anarquismo e contracultura na imprensa alternativa brasileira (1969-1992). [s.l.] Universidade Federal Fluminense, 2007.

OLIVEIRA, J. H. DE C. DE. Anarquismo, contracultura e imprensa alternativa no Brasil: A história que brota das margens. Cadernos de Pesquisa do CDHIS, v. 24, p. 491–508, 2011.

OLIVEIRA, T. B. “Anarquismo e revolução”: Militância anarquista e a estratégia do sindicalismo revolucionário no Brasil da Primeira República. In: SANTOS, K. W.; SILVA, R. V. (Eds.). História do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil: Novas perspectivas. Curitiba: Prismas, 2018. p. 207–242.

PASSETTI, E.; AUGUSTO, A. Anarquismos e educação. Belo Horizonte/MG: Autêntica Editora, 2008.

PEDROSO, H. A. DA S.; SOUZA, H. C. A. DE. Absurdo da realidade: O movimento punk. [s.l.: s.n.]. v. 6

PLANT, S. The Most Radical Gesture: The Situationist International in a Postmodern Age. Londres: Routledge, 1992.

RAGO, M. Foucault e as artes de viver do anarco-feminismo. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. (Eds.). Figuras de Foucault. Belo Horizonte/MG: Autêntica Editora, 2006. p. 165–175.

RIBEIRO, E. Uma história oral do anarcopunk em São Paulo – parte 1. Vice Brasil, 2018a.

RIBEIRO, E. Uma história oral do anarcopunk em São Paulo – parte 2. Vice Brasil, 2018b.

RIBEIRO, E. Uma história oral do anarcopunk em São Paulo – parte 3. Vice Brasil, 2018c.

RIBEIRO, E. Uma história oral do anarcopunk em São Paulo – parte 4. Vice Brasil, 2018d.

RODRIGUES, E. História do movimento anarquista no Brasil. Florianópolis/SC: Universo Ácrata / Editora Insular, 1999.

ROMANI, C. Clevelândia (Oiapoque). Colônia penal ou campo de concentração? Verve, v. 4, p. 112–130, 2003.

SAMIS, A. Clevelândia: Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo/SP: Imaginário, 2002.

SAMIS, A. Pavilhão negro sobre pátria oliva: Sindicalismo e anarquismo no Brasil. In: COLOMBO, E. (Ed.). História do Movimento Operário Revolucionário. São Paulo/SP: Imaginário, 2004. p. 125–189.

SAMUDZI, Z.; ANDERSON, W. C. As black as resistance: Finding the conditions for libeation. Chico: AK Press, 2018.

SILVA, R. V. Elementos Inflamáveis: Organizações e militância anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945–1964). [s.l.] Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, R. V. Sementes em terreno pedregoso: O anarquismo na ditadura militar brasileira (1964-1985). In: DELLAMORE, C.; AMATO, G.; BATISTA, N. (Eds.). . A ditadura aconteceu aqui: A história oral e as memórias do regime militar brasileiro. São Paulo/SP: Letra e Voz, 2017. p. 211-228.

SOLANO, E.; MANSO, B. P.; NOVAES, W. Mascarados: A verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc. São Paulo/SP: Geração Editorial, 2014.

ST. JOHN, G. Counter-tribes, global protest and carnivals of reclamation. *Peace Review*, v. 16, p. 421-428, 2004.

TORMEY, S. 'Not in my Name': Deleuze, Zapatismo and the Critique of Representation. *Parliamentary Affairs*, v. 59, p. 138-154, 1 jan. 2006.

VANEIGEM, R. A arte de viver para as novas gerações. São Paulo/SP: Conrad Editora, 2002.

VIEIRA, T. DE J. O efeito Cólera em meio às mutações ideológicas. *Revista História e Diversidade*, v. 7, p. 187-201, 2015.

VIENET, R. Enragés and Situationists in the Occupations Movement, France, May '68. Nova Iorque/NY / Londres: Autonomedia / Rebel Press, 1992.

WOODCOCK, G. História das idéias e movimentos anarquistas - Volume I: A idéia. Porto Alegre/RS: L&PM, 2007.

WU MING. Zapatismo ou barbárie. *Carta*, v. 28, 2003.